

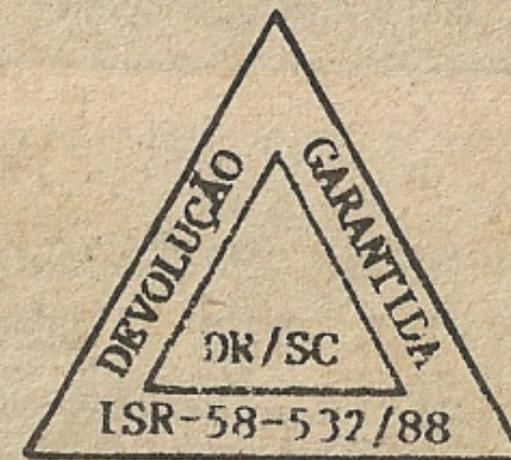
Filiado a

CUT
CNE

Jornal do **SINTE-SC**

Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SC) - setembro/outubro de 1990 - nº 06

PORTE PAGO
ECT - DR/SC
ISR-58-531/88



IMPRESSO

Opinião

Relações de poder na escola

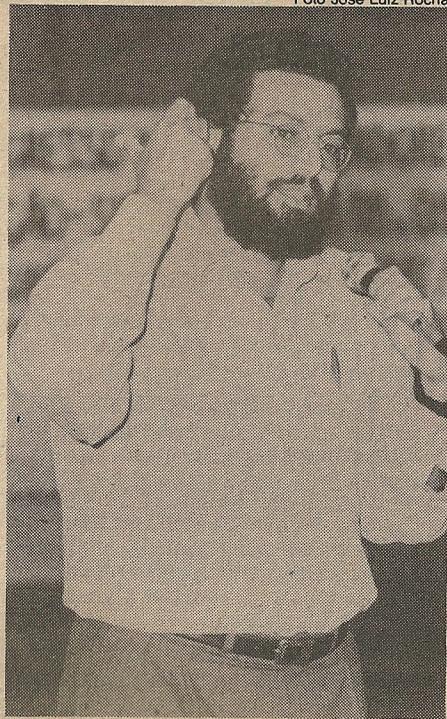
Foto José Luiz Rocha

A palestra "Relações de Poder na Escola" foi ministrada pelo professor Reinaldo Matias Fleuri, com doutorado em Filosofia e História da Educação pela Unicamp e do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele realizou uma coletânea de textos que tratam da matéria, que serão publicadas no Jornal do Sinte e a estréia é com este:

Hoje, particularmente nestes dias pré-eleitorais, a sociedade brasileira está vivendo momentos densos de seu processo de democratização. Em meio ao clima de torcida por um ou por outro candidato aos diferentes cargos, corre solta muita discussão marcada por grandes desafios.

Que desafios este processo de democratização política coloca a nós que atuamos no campo da educação, particularmente na educação escolar? Qual a contribuição específica que a escola pode dar para que a sociedade se organize de maneira cada vez mais justa e democrática?

A democracia pressupõe estruturas e mecanismos que possibilitem à maioria da população participar efetivamente das decisões sobre seu destino. É evidente que a escola não pode ser apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas também um espaço de formação de cidadãos capazes de participar ativamente da vida social e política.



Uma das palestras do II Congresso

ca. Isto forma indivíduos dóceis e produtivos. Através destes mecanismos os indivíduos podem ser facilmente controlados, de modo que suas forças sejam utilizadas da maneira mais eficaz em função de objetivos que lhes são impostos de cima para baixo.

maior investimento na educação escolar e a melhoria da qualidade de ensino podem redundar simplesmente na formação mais eficaz de indivíduos altamente produtivos numa engrenagem capitalista. Indivíduos, porém, incapazes de construir relações democráticas.

Como enfrentar, então, esse desafio?

Penso que se possa atuar em, ao menos, três perspectivas:

(1.) romper os limites espaciais que isolam as pessoas; (2.) quebrar as rotinas que fragmentam e mecanizam as atividades dos grupos; (3.) criar meios através dos quais a comunidade possa controlar continuamente a direção das instituições.

Em primeiro lugar, criar e ampliar espaços de trocas, de relações intensas entre as pessoas, porque esta é a condição indispensável para se trabalhar os conflitos de modo criativo e democrático.

Em segundo lugar, a vida democrática pressupõe formas de organização da ação coletiva geridas a partir e em função dos problemas que emergem da práxis social. E esta dinâmica tende a romper as rotinas pré-estabelecidas afóra e acima dos



No início de setembro a Central Única dos Trabalhadores entregou ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli, sua posição quanto à proposta do governo para erradicação do analfabetismo. Na reunião, a CUT entregou ao ministro uma carta onde apresenta propostas para a área e faz críticas ao programa do Governo, afirmando que a erradicação do analfabetismo pressupõe o fim da miséria em que vive hoje a maioria da população e que um programa de combate ao analfabetismo não pode estar isolado de uma formação mais regular.

Até o dia 22 de outubro os interessados em realizar o curso de pós-graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, pode-

les que vão exercer os principais cargos do Estado seja fundamental numa sociedade democrática. Mas isto pouco valeria se as relações que perpassam a família, o lazer, o trabalho, os meios de comunicação e a própria escola permanecessem condicionadas por microestruturas hierárquicas, individualizantes e alienantes.

Aí reside, ao meu ver, o principal desafio à educação hoje: contribuir para democratizar as relações sociais celulares que, justamente, constituem o estofado das macrorrelações políticas.

Segundo Michel Foucault, a sociedade atual é atravessada por mecanismos disciplinares de poder, ou seja, por mecanismos que isolam as pessoas em espaços esquadrihados, impondo-lhes uma rotina de horários e mantendo-as sob constante vigilân-

A escola é um dos exemplos destes mecanismos. Todo espaço institucional é subdividido em salas e quadras, onde as pessoas são submetidas a rotinas pré-determinadas e mantidas sob vigilância constante. A escola, com isso forma indivíduos dóceis e aptos para realizar eficazmente tarefas específicas. Treina mão-de-obra para ser comercializada no mercado de trabalho. Constrói e qualifica peças de reposição para a grande engrenagem social de acumulação de riqueza nas garras de poucas corporações.

Neste contexto, para que a escola contribua ao processo de democratização, não basta ampliar o acesso da população à escola. Não é suficiente transmitir aos alunos o saber elaborado. É indispensável modificar radicalmente os mecanismos disciplinares de poder. Se isto não ocorrer, o

pré-estabelecidas agora e acima dos grupos.

Enfim, é necessário subverter os mecanismos de vigilância hierárquica. A sociedade disciplinar em que vivemos é como uma estrutura panóptica em que, a partir de uma torre, é possível vigiar constantemente o comportamento de indivíduos isolados em suas celas. Já numa organização democrática, as pessoas, que se relacionam livremente e agem em função de suas necessidades concretas, precisam manter o controle constante de todas as instâncias de articulação da ação coletiva. Neste sentido, fortalecer os colegiados representativos como instâncias democráticas de decisão parece uma estratégia interessante para a comunidade vigiar os centros de vigilância institucional e ir assumindo o controle democrático da vida social.

rão realizar suas inscrições. O curso abordará três linhas de investigação (Educação e Trabalho, Teoria e Prática Pedagógica e Educação e Ciência).

Maiores informações podem ser obtidas no Curso de Mestrado em Educação — Centro de Ciências da Educação — Campus Universitário — Trindade — 88.049 — Florianópolis (SC). Fone (0482) 31-9429.

O II Congresso do Sinte aprovou uma moção de repúdio ao secretário da Administração do Estado, Paulo Medeiros Vieira, pela sua discriminação aos agentes de serviços dos estabelecimentos de ensino. Ele negou-se a considerar as observações de uma merendeira, numa mesa de negociação, alegando "desnível cultural".